



O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB

Alessandro O. Soares¹Rafael M. Tauil²Lucilélia Colombo³

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de retomar a trajetória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) a partir do contexto da ditadura militar instaurada em 1964. Busca identificar alguns momentos centrais que vivenciou o partido no período: o seu nascimento com o sistema bipartidário imposto pelos militares; a dificuldade nos anos iniciais de se firmar como oposição; a virada do partido representada pela vitória nas eleições de 1974; e, por fim as reações do regime. Além disto, relacionar este fenômeno brasileiro à sua cultura política anti-partidária e antidemocrática. O bipartidarismo presente no regime militar de 1964 teria sido não apenas uma representação do autoritarismo político nacional, mas também a demonstração de que, no mais das vezes, este autoritarismo tem sido camuflado por signos aparentemente democráticos. Ainda que durante o regime de 1964 este mascaramento tenha ficado óbvio, é importante pensá-lo para trazer à tona a questão: há uma cultura política democrática em formação no Brasil, ou seguimos mantendo a democracia como simples ferramenta da engenharia política institucional, utilizada de forma instrumental para a eleição de “supostos representantes do povo”?

Palavras-Chave: Movimento Democrático Brasileiro MDB; Bipartidarismo; Ditadura Militar, Transição Democrática.

Recebido em 30/11/2015

Aceito para publicação em 29/05/2016

¹ Doutorando pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP/Universidade de Salamanca - USAL. Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo - USP. Docente na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

² Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/ University of Bristol - UK. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Docente na Escola Paulista de Direito – EPD. Integra atualmente o grupo de pesquisadores do Laboratório de Política e Governo (LabPol) da FCLAr – UNESP.

³ Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Foi pesquisadora-visitante na Università degli Studi di Firenze pelo Dipartimento di Scienze Politiche e Sociali - em Firenze, Itália. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Docente na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” – UNESP. Integra atualmente o grupo de pesquisadores do Laboratório de Política e Governo (LabPol) da FCLAr – UNESP.

Brasil e o histórico de anti-partidarismo no Pensamento Político

Ao nos depararmos com a descrença atual da sociedade na política institucional e em seus partidos - como forma máxima da representação democrática - somos levados a crer que este seja um fenômeno nacional recente. Porém, grande parte da literatura vem demonstrando que o Brasil tem uma tradição de aversão à “cultura partidária” e às instituições políticas de maneira geral. Oliveira Vianna (1947) em *Problemas da Política Objetiva* elencou um conjunto de medidas do quadro partidário da Primeira República. O autor sustenta que os partidos políticos seriam instituições artificiais, tanto quanto as demais instituições políticas. Para Vianna (1947), os partidos políticos deveriam exercer uma articulação profunda com as classes sociais ligadas à estrutura produtiva da sociedade. Somente assim, teríamos as bases para uma efetiva democracia:

Numa verdadeira democracia, devem ter colaboração preponderante as classes econômicas, as classes que produzem e que, afinal, são também as que pagam: sem isto não há democracia possível. (...) Ora, em nossa democracia, o que vemos é justamente o contrário disto: ela se baseia em indivíduos - e não em classes; em indivíduos dissociados - e não em classes organizadas; e todo mal está nisto (VIANNA, 1947, p. 137-8).

No abismo existente entre Partidos Políticos e sociedade civil, os integrantes dos partidos brasileiros não seriam, então, mais que “*um bando, agitando-se em torno de um homem, de um caudilho*” (VIANNA, 1947, p. 149). Consequentemente, as associações aqui existentes não poderiam prosperar em seu sentido democrático. O próprio papel das elites seria questionável, pois o voluntarismo desempenhado por elas em formar partidos políticos diferentes dos então existentes no país não passaria de ingenuidade política. Além disso, esse era o erro apontado por Vianna (1947) para o Partido Democrático, fundado em 1926 e que então se apresentava como contraponto ao Partido Republicano Populista:

Um partido político, numa sociedade em que ainda não conseguiu operar a organização das suas classes econômicas, não pode deixar de ser senão uma organização artificial, tão artificial como as organizações que a precederam e, como tal, destinada, mais tarde ou mais cedo, ou a dissolver-se, ou a desviar-se dos seus objetivos superiores” (VIANNA, 1947, p. 140-1).

Ou seja, seria dever dos próprios cidadãos – distantes da política profissional - formar novas agremiações, organizadas em torno de ideais nobres, organizando, concomitantemente as classes produtivas da sociedade, base para a formação dos partidos políticos verdadeiramente representativos dos interesses do povo. Vianna (1947) acreditava nos princípios liberais e democráticos, mas seu ceticismo político girava em torno da transplantação de instituições liberais-democráticas para o Brasil, ainda não preparado para receber essa cultura partidária, existente em solos europeus. O seu anti-partidarismo era instrumental, assim como sua predileção para o regime autoritário. Assinalava características inerentes à política brasileira como o personalismo, o clientelismo e o “voto de cabresto”, ingredientes que incitaram Carvalho (2001) a traçar um histórico de nossa ideia de cidadania às avessas. Todos esses elementos confluíam, segundo Vianna (1947) para empecilhos significativos para o bom funcionamento dos partidos no Brasil, pela deformação do processo eleitoral e marcaria, definitivamente, o pensamento político brasileiro.

Desta forma, as mazelas da inconstante vida política brasileira estiveram desde sempre relacionadas à capacidade de superação dos problemas nacionais via desenvolvimento econômico. A subordinação das massas populares à industrialização e a urbanização nas estruturas do mundo rural em transformação, impediam a formação de partidos verdadeiros e a realização de eleições competitivas, visto que a importância da economia teria superado a todo o tempo a importância da Política e seu desenvolvimento. Com o fim da Primeira República e o início da era Vargas, a ênfase no desenvolvimento econômico predominava sobre o mundo político e as instituições criadas após a Revolução de 30 como o voto secreto, o voto feminino, a Justiça Eleitoral independente do Legislativo e do Executivo, novas modificações foram feitas pelo regime democrático inaugurado em 1946, como um sistema pluripartidário.

Estas transformações trouxeram, de certo modo, um sopro de esperança para o fortalecimento de uma cultura política democrática no Brasil. Apesar disto, ao invés de uma ruptura com as características autocráticas da política brasileira, no miolo da “redemocratização” continuou predominando a lógica “populista” – típica do nacional- desenvolvimentismo varguista, onde prevalecia a relação política líder-massa. Neste cenário, embora a sociedade civil tenha iniciado sua participação formal na política, o que prevalecia eram relações típicas da política brasileira: Paternalismo, personalismo e patrimonialismo. Autores como Weffort (1978) e Ianni (1968; 1989) assinalaram de maneira precisa as relações políticas deste momento e seus

anteriores nas obras em que analisaram a formação, a evolução e o colapso do populismo no Brasil até o golpe-militar de 1964.

A ditadura militar e a institucionalização do sistema bipartidário

A gênese e o desenvolvimento do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) vinculam-se a uma conjuntura política particular, a da experiência do golpe militar de 1964 que pôs fim ao período democrático instituído desde a Constituição de 1946. O primeiro fato marcante da conjuntura política de 1964 é o de que, embora o contexto fosse de exceção, não se abriu mão de maneira radical das instituições e práticas de caráter tipicamente democráticas, gerando, assim, uma contradição no funcionamento interno do próprio regime. Tal situação será uma determinante geral da forma de atuação de todos os atores políticos importantes da época, e, dentre eles, devemos citar o MDB.

Assim, o golpe militar de 1964, apesar de caracterizar um ato político de força e de desrespeito às instituições, não eliminou os mecanismos democráticos liberais até então vigentes. Manteve os Poderes Legislativo e Judiciário em funcionamento, mesmo violando constantemente as suas prerrogativas; não decretou de pronto a extinção da Constituição de 1946, mas desrespeitou o seu texto cada vez que emitia um Ato Institucional e seus complementos; continuou a implementar eleições periódicas para alguns cargos, sem, contudo, garantir ampla e irrestrita liberdade na atuação política (KINZO, 1988, p. 15).

Consideradas essas características do regime militar brasileiro, Mainwaring (2001, p. 122) faz o seguinte apontamento:⁴

(...) em comparação com as ditaduras militares da Argentina (especialmente entre 1976 e 1983), do Chile (1973-1984), a existência de partidos, legislaturas e eleições foram aspectos singulares do regime militar brasileiro. No Cone Sul, os militares foram implacavelmente hostis aos partidos, mas nas forças armadas brasileiras esse sentimento foi menos acentuado.

Esse hibridismo político, isto é, esse meio-termo entre a permanência de princípios e práticas democráticas e a desconsideração de seus preceitos básicos, pode encontrar diversas explicações, tais como indica Maria D'Alva Kinzo (1988, p. 17-20): o interesse de preservar uma boa imagem internacional do

⁴ Nessa ordem de ideias, ver também Keck (1991, p. 43).

País, o intuito de garantir espaço para os elementos civis que participaram do golpe e a necessidade de impor a coesão das próprias forças militares a partir dos procedimentos legitimadores democráticos.

Com esse pano de fundo, verificamos que o golpe militar não modifica a essência do sistema partidário ao iniciar o seu domínio político em 1964.⁵ Castelo Branco, o primeiro presidente militar do período, irá permitir a realização de eleições para 11 Estados da federação em 1965,⁶ enfrentando oposição interna dos militares da linha dura e também de civis, como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto.⁷ O resultado dessas eleições demonstrou-se “desastroso” na medida em que refletiu o quadro político partidário anterior ao golpe, qual seja, o domínio do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em detrimento de partidos conservadores como a União Democrática Nacional (UDN), que apoiou o golpe. Nos Estados da Guanabara e de Minas Gerais, por exemplo, a oposição PSD-PTB sai vitoriosa.⁸

Um dos objetivos do Ato Institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965, foi exatamente eliminar o fantasma dos velhos partidos reformistas e

⁵ Nesse sentido, Lamounier e Meneguello (1986, p. 61): “Convém lembrar que o sistema pluripartidário de 1945 não foi extinto, imediatamente pelas forças que empolgaram o poder em abril de 1964. Embora proclamando-se ‘revolucionário’, o novo regime manteve em vigor a legislação eleitoral e partidária então vigente, e a própria Constituição de 1946 modificada (...). Continuaram, pois, em atividade os 13 partidos então existentes, dois dos quais, a UDN e o PSD, já haviam inclusive escolhido seus candidatos à eleição presidencial programada para outubro de 1965 (Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, respectivamente)”.

⁶ A Constituição de cada Estado na época tinha competência para determinar a duração dos mandatos de governador. Nove Estados estipularam mandato de cinco anos, dentre eles Minas Gerais e Guanabara, enquanto outros estabeleceram o prazo de quatro anos. Por tal razão, não havia coincidência nas datas das eleições para governador. Nesse sentido, ver Nicolau (2012, p. 91-92).

⁷ Sobre esse ponto, afirma Kinzo (1988, p. 22-23): “A possibilidade de perder o importante cargo de governador para a oposição era a maior preocupação de Magalhães Pinto e Carlos Lacerda. Isso significaria sua perda de controle sobre as máquinas dos governos estaduais, que eram fundamentais para se assegurar a vitória da UDN nas eleições a serem realizadas em 1966”.

⁸ “Em ambos os casos, a vitória de políticos tradicionais do antigo PSD (apoiados por uma coalizão de centro-esquerda e ligados ao ex-presidente Kubitschek) foi percebida como uma perigosa arregimentação de forças ‘antirrevolucionárias’, desencadeando uma nova radicalização da linha dura nos quartéis. O desfecho foi o Ato Institucional n. 2, que em troca da posse dos eleitos cerceava de maneira substancial as intenções ainda civilistas do presidente Castelo Branco, praticamente impondo o nome do general Costa e Silva como candidato à sua sucessão; dava início a um novo ciclo de cassações e suspensões de direitos políticos; tornava indiretas as futuras eleições para os governos estaduais e para a Presidência da República, e, finalmente, extinguiu o velho sistema pluripartidário, determinando que em seu lugar fossem criadas duas organizações, que funcionariam provisoriamente como partidos” (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 64-65).

progressistas estampados nas siglas PSD e – principalmente – PTB. Esse novo Ato Institucional extinguiu os partidos até então existentes.⁹ Na sequência, o Ato Complementar n. 4 estabeleceu um sistema partidário compulsório segundo o qual dificilmente se poderia dar vida a mais de dois partidos.¹⁰ Aqui, então, encontramos a gênese do bipartidarismo e do Movimento Democrático Brasileiro.

Segundo Maria D’Alva G. Kinzo (1988, p. 28), a decretação do fim do pluripartidarismo segue esta linha de raciocínio:

(...) um sistema bipartidário (dada a rejeição do modelo de partido único devido às suas conotações negativas) constituía a única alternativa para se evitar a ressurreição dos antigos partidos sob diferentes siglas e, em particular, dos imbatíveis PSD e PTB, que os udenistas preferiam ver definitivamente enterrados.

Parece óbvio que o regime militar teria problemas sérios em aceitar as siglas políticas herdadas do período democrático pós-46; dessa maneira, a extinção dos partidos pelo Ato Institucional n. 2 estaria refletindo esse mal-estar dos militares. O interessante é que não ocorreu simplesmente a extinção dos antigos partidos, mas, sim, a configuração de um novo sistema partidário, do qual o regime esperava obter certo nível de legitimidade política e estabilidade para exercer o seu domínio autoritário ditatorial. De fato, os militares reafirmaram o hibridismo político do regime ao se proporem a aceitar um partido que desse sustentação ao governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – formada essencialmente por ex-membros da UDN –, e outro de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tendo de forma majoritária os deputados do PTB como membros fundadores.¹¹ Evitava-se, assim, um sistema de partido único.¹²

⁹ Art. 18. Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros.

¹⁰ Este Ato Complementar induziu a criação de organizações políticas a partir do próprio parlamento, conforme se observa em seu art. 1º, ao firmar que aos membros efetivos do Congresso Nacional, em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores, caberá a iniciativa de promover a criação, dentro do prazo de 45 dias, de organizações que terão, nos termos do presente Ato, atribuições de partidos políticos enquanto estes não se constituírem.

¹¹ Consideradas as três maiores forças eleitorais do período, vemos que a ARENA recebeu 86 deputados da UDN, 78 do PSD e 38 do PTB, enquanto o MDB ficou com 75 deputados do PTB, 44 do PSD e 10 da UDN (MOTTA, 2008, p. 98).

¹² Sobre essa situação, diz Schmitt (2000, p. 32): “Se, por um lado, o regime autoritário queria evitar a criação de um sistema de partido único, por outro também não poderia reproduzir a alegada fragmentação partidária do período precedente. Restava então a alternativa do bipartidarismo, característico das democracias anglo-saxãs (Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo)”.

O MDB e a ARENA foram reconhecidos formalmente pelo Tribunal Superior Eleitoral em 24 de março de 1966. Lembra Kinzo (1988, p. 30) que o termo “partido” não podia ser utilizado na nomenclatura devido à determinação do Ato Complementar n. 4, o qual aludia à formação de “organizações provisórias” para concorrer às eleições legislativas de 1966. O MDB, unindo um conjunto de forças que tendiam à oposição à ditadura, nascia com o sistema bipartidário imposto e era, portanto, um partido criado de cima para baixo.

Essa situação de remodelamento do sistema partidário foi também uma característica específica da ditadura brasileira e, de acordo com Mainwaring (2001, p. 122), somente a nossa conjuntura possibilitou tal tipo de manejo por parte dos agentes militares no poder, principalmente quando comparado com outros países da América do Sul:

Na Argentina, Uruguai e principalmente Chile, os militares não tinham como arregimentar um número suficiente de políticos civis para apoiar o regime autoritário, manter o Congresso funcionando e patrocinar eleições. No Chile, por exemplo, seria unimaginável que um deputado comunista ou socialista entrasse para um partido criado por militares. Mas no Brasil, o governo fomentou a criação de dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que apoiou o governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido oficial de oposição.¹³

Em um ambiente no qual as liberdades democráticas não estão garantidas, o MDB nasceu como oposição artificialmente constituída. Nesse passo, pergunta-se: “*Que tipo de oposição os militares esperavam que surgisse?*”. Lamounier e Meneguello (1986, p. 66-67) tentam responder essa indagação:

Há quem diga que a implantação do bipartidarismo decorria de uma admiração ingênua do presidente Castelo Branco pelo modelo britânico, e há também quem veja nessa experiência uma tentativa de “mexicanização” e na ARENA o projeto brasileiro de um futuro PRI (Partido Revolucionário Institucional). A interpretação mais correta talvez seja a de um meio-termo entre essas duas ideias: uma oposição menos decorativa do que a mexicana, mas excluída do sistema, prática e simbolicamente, por meio de um mecanismo mais complexo do que a simples barreira legal ou repressiva. É relevante neste contexto a hipótese de Levite e Tarrow (1983) acerca da deslegitimação de partidos opositoristas. (...) Para produzir efeitos substanciais, esse empreendimento de deslegitimar a oposição teria de granjear apoio mais efetivo junto ao eleitorado e à opinião pública, algo bastante difícil de acontecer dentro das

¹³ Ver também Kinzo (1988, p. 223).

Vemos, então, nessa explicação que o intuito da introdução de um sistema que contemplasse essencialmente dois partidos se dava na medida em que os militares imaginavam um efeito específico dessa nova sistemática política, qual fosse a existência concreta de uma oposição que pudesse dar uma faceta de legitimidade para o regime, porém que fosse fraca a ponto de não representar uma ameaça ao próprio domínio político militar.

Este arranjo institucional, compreendido a partir da visão de alguns estudiosos, seria a expressão de que, novamente, o processo de avanço nacional estaria sendo conduzido através de um processo de modernização conservadora¹⁴ (MOORE, 1966). Neste processo – como em 1937 de certo modo – o Estado estaria novamente assumindo a tarefa do “desenvolvimento nacional”, atuando como “árbitro de classes”, preenchendo o vácuo político aberto por uma crise hegemônica das elites político-econômicas e apropriando-se do ímpeto político débil de parte da massa que tentava, de algum modo, ocupar este espaço sob a liderança de uma esquerda desarticulada e de caráter vanguardista e elitista.

Estaríamos vivendo novamente uma revolução passiva à Brasileira (WERNECK VIANNA, 1996). A tradição política autocrática estaria demonstrando, justamente no regime militar, com toda nitidez sua feição “democrática de fachada”, deixando claro que, tanto em regimes democráticos quanto ditatoriais, o autoritarismo estaria presente na cultura política nacional, porém sob o manto dos preceitos democrático-liberais. Em síntese, o bipartidarismo presente no regime militar teria institucionalmente uma oposição, porém de caráter figurativo e sob o símbolo da dissimulação. Sobre esse aspecto, Kinzo (1988, p. 29) afirma:

A intenção era, portanto, criar uma estrutura partidária organizada em termos de apoio – ou ausência deste – ao governo: agrupar em um único partido todos os membros do Congresso que endossassem as tendências políticas de sustentação do regime, e em um fraco partido de oposição as forças políticas

¹⁴ Ainda que diferentes nuances devam considerados entre estes conceitos, nos valem os deles de forma homogênea, uma vez que a intenção é a demonstração de que as transformações foram instituídas pelo alto, porém sob a aparência de um “pacto democrático” entre estado e sociedade civil.

*remanescentes.*¹⁵

Esse resultado parece ter sido alcançado por um período, pelo menos de 1966 até 1974. De fato, desde a sua formação, o MDB enfrentou um conjunto de dificuldades políticas não desprezíveis, o que enfraquecia o seu potencial político eleitoral. O primeiro dos problemas parece claro: ser um partido criado artificialmente por um poder ditatorial e ter que atuar como oposição em um período de exceção. Assim, o MDB, além de sofrer ataques por parte do governo a partir de ameaças, cassações e expurgos de seus membros,¹⁶ possuía a sua imagem geral deteriorada na opinião pública – ou era visto como um partido “subversivo” e “comunista”, contrário à ordem, o que parece ter sido mais comum nas regiões menos urbanizadas do interior do País, ou sofria o ataque por parte de setores urbanos que viam o partido como um instrumento de legitimação da dominação política militar (KINZO, 1988, p. 39). Motta (2008, p. 97) observa que, na década de 1960, um comentário irônico muito comum sobre o partido se referia à diferença entre o MDB e a ARENA: o primeiro seria o partido do “sim” e o segundo do “sim, senhor”.

Aparentemente, essa situação pesou no primeiro teste eleitoral do MDB. Nas eleições legislativas de 1966, o quadro geral foi o seguinte: a ARENA recebeu o percentual de 44,7% dos votos para o Senado, enquanto o MDB batia os 34,2%, em que os votos em branco e nulos perfaziam 21,2%. Nesse mesmo ano, para a Câmara Federal, a ARENA ficou com 50,5% dos votos, o MDB alcançou 28,4% e brancos e nulos totalizaram 21% (KINZO, 1988, p. 73).

Em 1970, o quadro das eleições indicava também um MDB fragilizado. Para se ter uma ideia, o partido obteve 28,6% dos votos no Senado contra 43,75% da ARENA e 27,7% dos brancos e nulos. Com isso, o MDB praticamente empatou com os votos em branco e nulos. Na Câmara Federal, o resultado foi ainda pior, pois o MDB recebeu 21,3% dos votos, a ARENA obteve 48,4% e brancos e nulos somaram 30,3%. Diante disso, verificamos que, em 1970, o partido conseguiu ser derrotado pelos votos brancos e nulos na Câmara Federal. A análise desse contexto crítico do MDB deve considerar a tensão pela qual o partido passou a partir do aumento da repressão das liberdades

¹⁵ No mesmo sentido, Motta (2008, p. 96) afirma que “o governo desejava um partido oposicionista manso, ‘bem comportado’, mas propenso a colaborar que a trabalhar como oposição efetiva. Por isto a tolerância oficial em relação ao MDB foi sempre relativa”.

¹⁶ Nessa ordem de ideias, Kinzo (1988, p. 38) assevera: “Devido à onda de expurgos de 1968 e 1969, a Comissão Executiva Nacional do MDB perdeu seis membros que tiveram seus mandatos cassados e seus direitos políticos suspensos pelo AI-5”.

com o Ato Institucional n. 5 de 1968. Isso levou o MDB a ter uma atuação moderada no período de 1969-1970, o que refletiu, evidentemente, nos resultados eleitorais, embora não tenha sido a única causa (KINZO, 1988, p. 129). Assim, o partido não foi capaz de representar uma opção de oposição aos olhos do eleitor.

A eleição de 1970 colocava claramente a oposição como o elo fraco na composição do sistema partidário, o que, como vimos, foi um dos objetivos da introdução do bipartidarismo com o AI-2. Podemos considerar que a derrota foi de fato tão forte que talvez pudesse deslegitimar o próprio sistema bipartidário, de modo que tal circunstância era também um problema para os militares. Para além de ter uma oposição fraca, o regime necessitava de uma oposição que existisse “efetivamente”, pois esse requisito era algo importante para a estabilidade do regime e a sua “legitimidade”, ou seja, *“uma oposição demasiadamente fraca não era de modo algum conveniente”* (KINZO, 1988, p. 136).

A virada política do MDB em 1974

Se a eleição de 1970 confirmou a perspectiva de uma oposição incapaz de ameaçar a frente militar, a de 1974 modificará esse cenário, comprovando que a pura manipulação jurídica do sistema político e a intervenção (moral, psicológica e física) nem sempre produzem os resultados objetivados. Os militares confirmaram a regra weberiana de que *“o resultado final da atividade política raramente corresponde à intenção original do agente. (...) e que, frequentemente, a relação entre o resultado final e a intenção primeira é simplesmente paradoxal”* (WEBER, 2011, p. 136).

As eleições de 1974 trouxeram os seguintes números: no Senado, a ARENA obteve 34,7% dos votos, o MDB chegou a 50% e votos nulos e em branco somaram 15,1%. Na Câmara Federal, por sua vez, a ARENA atingiu 40,9% dos votos, o MDB conseguiu 37,8%, sendo nulos e brancos 21,3%. Se considerarmos a votação nas Assembleias Estaduais, vemos que o MDB saiu de 22% em 1970 para 38,8% em 1974, praticamente empatando com a ARENA, que obteve 42,1% (KINZO, 1988, p. 73).

O MDB conseguiu assumir 44% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 30% no Senado. Neste último, o resultado refletiu de maneira inequívoca o sucesso eleitoral do partido, que obteve 16 das 22 cadeiras em disputa. Apesar de não ter se tornado maioria, a sua força política passou a ser um componente

importante no processo legislativo, já que, a partir de então, o governo não poderia mais sancionar emendas constitucionais sem o apoio de parte do partido, pois o quórum necessário para aprovação era de dois terços de ambas as casas parlamentares (KINZO, 1988, p. 163).

A partir de 1974, o MDB passa a ser uma força política relevante do ponto de vista eleitoral, circunstância que fugia ao esperado do sistema bipartidário imposto pelos militares, e muitos fatores determinaram essa mudança conjuntural. Desde a derrota de 1970, o MDB decidiu adotar uma nova postura, visando se identificar frente à opinião pública como um partido oposicionista (KINZO, 1988, p. 145). Aliás, é com essa perspectiva oposicionista que o partido irá lançar Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho como candidatos à presidência e vice-presidência da República em 1973 (KINZO, 1988, p. 146).¹⁷

Outro elemento que provavelmente refletiu no resultado eleitoral de 1974 foi a construção de um discurso político por parte do partido para atingir os eleitores. Nesse sentido, ressaltou-se a redação de um manual com o apoio do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), no qual foram especificadas as linhas argumentativas a serem seguidas pelos candidatos quando da crítica ao governo durante a campanha (KINZO, 1988, p. 155). Intelectuais uspianos que haviam sido aposentados compulsoriamente pelo AI5 se aproximaram do MDB através do CEBRAP. Ulisses Guimarães convidou Fernando Henrique Cardoso para a construção da plataforma política do partido em 1974. Esta aproximação fortaleceu de certa forma os laços entre o MDB e a sociedade civil. Estes intelectuais viam no CEBRAP uma “ilha de saber”, um dos poucos lugares – talvez o único - onde era possível realizar alguma teorização de crítica ao regime militar (LAHUERTA, 1999). Esta aproximação entre oposição e sociedade civil certamente contribuiu com os resultados positivos do MDB. Além disto, “*os candidatos foram também instruídos a obedecer à estratégia partidária, no sentido de enfatizar problemas relativos às políticas sociais, econômica e financeira do governo*” (KINZO, 1988, p. 155).

Além das novas atitudes tomadas pelo MDB, temos os problemas enfrentados pelo partido do governo. A ARENA teve apelo fraco em sua campanha, mal elaborada e baseada em “*vagas declarações de princípios econômicos e sociais*” (KINZO, 1988, p. 159). As divisões internas do partido parecem ter contribuído também para os resultados negativos da campanha no

¹⁷ Nesse sentido, ver também Motta (2008, p. 101).

período.¹⁸ Além disto, o enfraquecimento da economia e o fim do milagre econômico apontavam para um horizonte de cada vez maior desconfiança por parte da população que a princípio havia apoiado – ou pelo menos avalizado – o golpe.¹⁹

Do retrato traçado, vemos que, em 1974, o bipartidarismo produz um efeito inverso do esperado pelo governo militar. A ARENA começa a se tornar o partido fraco, enquanto o MDB se fortalece. O sistema bipartidário, a criatura, se volta contra o seu criador. Para Reis (2010, p. 66), os militares cometeram um erro de cálculo ao juntar toda a oposição em um único partido, pois isso gerou a simplificação das opções eleitorais, ajuste que se enquadrava bem “aos simplismos da visão política das parcelas populares majoritárias do eleitorado característica do populismo”.

Ao analisar esse processo, Lamounier e Meneguello (1986, p. 68) identificam entre as razões de tal situação o crescimento do eleitorado nas regiões urbanas e industrializadas do País:

... a base demográfica da competição eleitoral, na segunda metade dos anos sessenta, tornara-se muitíssimo mais favorável a partidos urbanos de oposição do que a vigente em 1945 ou mesmo nos anos 50. As elevadas taxas de crescimento da população, a rapidez da urbanização, e, sobretudo, a formação de gigantescas áreas metropolitanas tornavam extremamente improvável que o eleitorado, em sua maioria, viesse a compartilhar de maneira duradoura a frágil simbologia associada a esse propósito de deslegitimação. Mesmo no auge do “milagre”, as vitórias eleitorais da ARENA não puderam prescindir de pesadas doses de coerção, sob a forma de constrangimentos legais que limitavam a propaganda eleitoral, ou, mais diretamente, pelo cerceamento de candidaturas ou pela cassação de mandatos e suspensões de direitos políticos.

Kinzo (1988, p. 159) segue linha de análise similar, ao afirmar que, de 1966 a 1974, o apoio eleitoral do MDB aumenta expressivamente no Sul e

¹⁸ Sobre a derrota da ARENA em 1974, Kinzo (1988, p. 160) conclui: “Contrariamente ao MDB, que conseguira superar seus problemas internos e partira unido para a campanha eleitoral, a cúpula da ARENA foi incapaz de resolver as divergências provocadas pelo processo de nomeação dos governadores e seleção de candidatos para o Senado”.

¹⁹ Com o fim do milagre econômico a partir de 1973 veio à tona a desmistificação da ideia que relacionava o êxito da economia brasileira ao regime autoritário. Neste contexto, diferentes intelectuais passaram a construir formulações e interpretações que questionavam o êxito do regime militar nesta e em outras esferas, como nos avanços do âmbito educacional e na melhora nos índices e indicadores sociais.

Sudeste, regiões mais urbanizadas e industrializadas do País. Convém lembrar que, mesmo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, especificamente nos centros urbanos, o MDB tendencialmente tinha grande apoio do eleitorado no período. No entanto, a ARENA encontrava apoio forte nas cidades com menos de 30.000 habitantes, zonas tipicamente rurais e de pensamento predominantemente conservador, nas quais o personalismo político e as relações clientelísticas tinham prevalência.

O que se verifica a partir de 1974, então, é o fato de que os votos começaram a expressar uma desaprovação ao governo militar; assim, as eleições ganharam um caráter plebiscitário,²⁰ isto é, o voto era exercido contra ou a favor do governo, uma espécie de tudo ou nada.

As bases geográficas de apoio aos dois partidos exacerbaram os problemas do governo. O MDB obtinha melhores resultados nas grandes cidades, ao passo que a ARENA vencida nos pequenos municípios. Mas as cidades estavam crescendo com rapidez, de modo que, em médio prazo, as perspectivas eleitorais da ARENA não eram nada alentadoras (MAINWARING, 2001, p. 125).

Como nota Maria Victoria Benevides (1986, p. 02), 1974 é o ano da grande virada, pois o MDB “*consagra-se a encarnação da vitória popular, sobretudo nos centros urbanos, mais desenvolvidos, como também nas periferias pobres ‘modernas’*”. No mesmo sentido, acentua Reis (2002, p. 17):

Assim, servindo, por um lado, de principal expressão organizacional da oposição liberal ao regime, o MDB pôde também, aos poucos, atrair a lealdade dos setores populares urbanos e atuar como um denominador comum simbólico capaz de absorver os órfãos não só do antigo PTB, mas também do populismo paulista e dos demais partidos e movimentos que se dirigiam a tais vetores.

Reação do regime militar e o fim da experiência bipartidária brasileira

²⁰ Quanto a esse aspecto, Florestan Fernandes (1980, p. 214) diz: “*Trata-se de algo inconcebível: fazer uma modalidade extrema de despotismo institucionalizado passar pelo crivo do consenso, da delegação de poderes e da república democrática! (...) E que produziu na prática o que teria de ocorrer. Numa sociedade antagonica, a oposição consentida converteu-se, rapidamente, em canal de atualização, dinamização e multiplicação do veto da Nação ao regime esdrúxulo*”.

A virada política de 1974 foi o sinal para os setores militares de que o seu sistema bipartidário com uma oposição consentida precisava ser modificado se quisessem manter certo padrão de domínio (KECK, 1991, p. 56). Tal situação política era realmente delicada. É preciso, todavia, agregar a esse cenário o aspecto econômico: a partir de 1973, a economia nacional sofrerá com o contexto de uma crise internacional do petróleo. Se um dos objetivos de Geisel – ao assumir o poder em 1974 – era realizar um “aperfeiçoamento democrático gradual e seguro”, isto é, uma gradual liberalização política com o controle militar, fazia-se necessário intervir.

Na área econômica, observa Lamounier (1989, p. 35), a resposta foi expansionista, com vistas à manutenção de altas taxas de crescimento, dando ênfase à substituição de importações de bens de capital e insumos básicos.²¹ No campo político, por sua vez, a resposta foi a intervenção contínua a partir de modificações das regras do jogo político institucional, bem como o retardamento da abertura expresso pela manutenção de mais uma candidatura militar à presidência da República em 1978 (General João Figueiredo) (LAMOUNIER, 1989, p. 34).

O primeiro exemplo de interferência legal por parte dos militares foi a aprovação pelo Congresso da Lei Falcão (referência ao autor do projeto, o Ministro da Justiça Armando Falcão), que restringia a participação dos candidatos nas eleições municipais de 1976. Ao estabelecer que a campanha eleitoral feita na televisão e no rádio seria realizada somente com a apresentação do nome dos candidatos, currículos e fotos, essa lei nitidamente atingia a oposição, na medida em que esta não poderia mais fazer considerações críticas ao governo durante o pleito,²² o que havia sido importante nas eleições de 1974.

No dia 1º de abril de 1977, em resposta à não aprovação pelo Congresso de uma Emenda Constitucional de Reforma do Poder Judiciário, Geisel, com base no AI-5, emitiu o Ato Complementar n. 102, que decretava o recesso do Poder Legislativo (KINZO, 1988, p. 181). Em seguida, o governo baixou um conjunto de atos que ficaram conhecidos como Pacote de Abril. As medidas adotadas modificavam as regras do sistema político de modo a desfavorecer o MDB. Dentre as alterações realizadas, estavam a imposição de eleições indiretas

²¹ De fato, a política de substituição de importações acabou gerando problemas na própria base social de apoio do governo, e os empresários passam a fazer críticas ao excesso de ingerência do Estado nos assuntos do setor privado. Nesse sentido, ver também Kinzo (1988, p. 184).

²² Lei n. 6.339, de 1º de julho de 1976.

para governadores de Estado e para um terço das cadeiras do Senado, extensão do mandato do presidente (a ser eleito de 5 para 6 anos), adoção das regras da Lei Falcão para as eleições legislativas, bem como a redução para maioria simples do quórum para a aprovação de emendas constitucionais pelo Congresso (KINZO, 1988, p. 182).

Posteriormente, preocupado com a possibilidade de derrota da ARENA nas eleições de 1978, o governo encorajou o debate sobre a criação de novos partidos visando atingir a unidade do MDB (KINZO, 1988, p. 206). Isso ajudou de fato a agravar os conflitos internos no partido. Entretanto, nenhuma alteração do quadro partidário foi feita para aquele pleito. A eleição de 1978 conferiu ao MDB 8 senadores contra 15 da ARENA, e, na Câmara Federal, a ARENA obteve 55% das cadeiras em disputa (KINZO, 1988, p. 201). Mesmo com maioria nas duas casas do Legislativo, o governo não foi capaz de alterar a tendência geral de enfraquecimento da ARENA, uma vez que, do ponto de vista do voto, por exemplo, o MDB recebeu 4,4 milhões a mais do que o partido do governo, obtendo maioria nas regiões mais populosas e urbanizadas do País (KINZO, 1988, p. 202). Em síntese, as modificações das regras do sistema político, bem como as intervenções que obstavam as candidaturas da oposição, funcionaram na medida em que garantiram a falta de representatividade popular nos órgãos estatais, uma vez que a quantidade de eleitos por cada partido não refletia a real força eleitoral.

Não tardou muito para os militares tomarem uma atitude radical frente ao quadro colocado. Em 22 de novembro de 1979, foi aprovada a reforma do sistema político que acabava com a ARENA e o MDB. A partir de então, todas as organizações políticas deveriam utilizar o termo “partido”. Agora, o governo revertia a decisão anterior, realizada por meio do AI-2, para mais uma vez garantir a sua supremacia política. Era o fim da experiência bipartidária brasileira – voltava o pluripartidarismo. O objetivo era evidente: o enfraquecimento da oposição com a sua pulverização em diversos partidos. Assim, tal medida contribuiu para a permanência do regime e o seu predomínio no cenário político (MOTTA, 2008, p. 105).

Reconhecendo a impopularidade da sigla, a ARENA muda a sua nomenclatura para Partido Democrático Social (PDS).²³ O MDB se transforma em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – agregando apenas o termo partido ao seu nome de origem. Quatro outros partidos são criados em

²³ Essa circunstância parece similar ao que irá acontecer com o Partido da Frente Liberal (PFL), que mudará o seu nome para Democratas (DEM) em 2007.

1980: o Partido Popular (PP), fundado por dissidentes da ARENA e moderados do MDB, sob liderança de Magalhães Pinto e Tancredo Neves; o Partido dos Trabalhadores (PT), criado por sindicalistas e setores de esquerda; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), estabelecido por Ivete Vargas; e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), instituído por Leonel Brizola (KINZO, 1988, p. 210).

Com o fim do bipartidarismo, verificou-se que 37 deputados deixaram a ARENA. Já o MDB perdeu 79 deputados, em que a maioria se filiou ao PP, acompanhando Tancredo Neves. Com esse fato, segundo a análise de Kinzo (1988, p. 210), havia o indicativo de que o PMDB teria uma caracterização mais de centro-esquerda, uma vez que a evasão no partido se deu pela ala conservadora. Como veremos a seguir, essa circunstância não se confirmou, tendo em vista que, em 1981, o PP se inviabiliza como partido em face das regras eleitorais introduzidas pelo Pacote de Novembro, de modo que os seus membros são reincorporados ao PMDB. Segundo Benevides (1986, p. 03), teria ocorrido uma “deformação mórbida” do PMDB, já que, com essa reincorporação do PP, o partido estaria realizando um pacto conservador que marcaria o seu futuro. Quanto ao PT e ao PDT, esses partidos atraíram poucos membros do MDB.

Após o restabelecimento do pluripartidarismo, a ditadura passou a se preocupar com a sucessão presidencial do ano de 1985. O Colégio Eleitoral que escolheria indiretamente o novo presidente sairia das eleições legislativas de 1982 (o Colégio Eleitoral era formado pelos membros do Congresso Nacional e por delegados das assembleias estaduais). O sucesso do governo na sucessão presidencial dependia, assim, da vitória eleitoral do PDS. Com o objetivo de aumentar as chances do partido do governo, foi editado o Pacote de Novembro de 1981, o qual proibiu as alianças partidárias, “*exigiu que todos os partidos lançassem candidatos a todos os cargos em disputa (isto é, governador de Estado, senador, deputados estaduais e federais, vereadores e prefeitos) e estabeleceu o voto vinculado, que obrigava o eleitor a escolher candidatos do mesmo partido para os diversos cargos, do nível local e nacional*” (KINZO, 1988, p. 211).

O governo tentava, dessa maneira, fragmentar completamente a oposição, inviabilizando as coligações e pressionando todos os partidos a lançarem candidatos. O efeito mais substancial do Pacote de Novembro foi a reincorporação do PP ao PMDB:

O pacote de novembro inviabilizou o Partido Popular, que, como

vimos, preparava-se para o papel de oposição confiável. Comandado pelo então senador Tancredo Neves, o PP tratou de reincorporar-se ao PMDB. Essa medida sem dúvida reduziu a excessiva vantagem que o pacote inicialmente conferia ao governo. Mas é também certo que esse ganho, ou redução da desvantagem, por parte das oposições, equivalia, num plano mais geral, a mais uma oportunidade perdida no que diz respeito aos impasses fundamentais do sistema político. É como se o gradualismo excessivo houvesse caído em sua própria armadilha. Caminhava-se, mais uma vez, para uma eleição pouco mais que bipartidária, como de fato se verificou em 1982. O fantasma plebiscitário que se quisera exorcizar com a reforma partidária de 1979 estava de volta, mas agora num contexto de aguda recessão, crescente desemprego e evidente agravamento das tensões sociais (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 78)

Vemos aqui, mais uma vez, que nem sempre a introdução de certas regras legais no sistema político produz os efeitos esperados por aqueles que as manipulam. O Pacote de Novembro, por exemplo, gerou a necessidade de unidade entre PMDB e PP.

Continuando com a sequência de alterações das regras do sistema político, em maio de 1982, o governo impõe novas mudanças: I. estabelece a exigência de dois terços para a aprovação de emendas constitucionais, limitando o poder de fogo de uma possível aliança oposicionista; II. altera o critério para composição do Colégio Eleitoral para as eleições presidenciais ao estabelecer que o número de delegados por Estado seja igual a seis, escolhidos entre os membros do partido com maioria no Legislativo Estadual. Ressalte-se que essa última modificação acaba com o critério de proporcionalidade entre o número de delegados e a população do Estado. O efeito buscado aqui é óbvio: “*como a oposição era particularmente forte nos Estados mais populosos do Sudeste, o governo reduziu as chances da oposição de reunir um número maior de delegados para o Colégio Eleitoral*” (KINZO, 1988, p. 213).

O resultado eleitoral de 1982 demonstrou que as modificações legais realizadas pelo governo surtiram efeito. Apesar de o PDS ter obtido 37,3% do total de votos, o partido conquistou o governo de 12 dos 22 Estados, 60% das cadeiras do Senado e 49% das cadeiras da Câmara Federal, conseguindo ainda maioria em treze assembleias estaduais (KINZO, 1988, p. 214). A desproporção entre os votos recebidos pelo PDS e as cadeiras conquistadas é evidente, sobretudo se observarmos que os partidos de oposição reuniram, ao todo, 52,5% dos votos, isto é, a maior parte da população votou contra o governo.

O PMDB sai dessas eleições como a principal força de oposição, após

conquistar 40% da votação total, obtendo 200 cadeiras para a Câmara Federal e vencendo em 9 Estados. A adoção do quórum de dois terços para a aprovação de emendas constitucionais pelo Congresso, que reverteu a medida tomada no Pacote de Abril, vai gerar também um efeito importante para o regime. Em 1984, o Congresso irá discutir uma emenda constitucional prevendo a eleição direta para presidente da República, proposta pelo deputado Dante de Oliveira do PMDB. O governo exerceu forte pressão sobre o PDS para a não aprovação do projeto. Enquanto na esfera do Poder Legislativo se discutia a questão, nas ruas a mobilização popular explodia a partir de grandes comícios que visavam influenciar a decisão dos legisladores. As *Diretas Já*, como ficou conhecido o movimento, reuniu milhares de pessoas em todo País de novembro de 1983 a abril de 1984. Para se ter uma ideia da magnitude do movimento, o último comício realizado no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, reuniu mais de 1,5 milhão de pessoas (REIS, 2014, p. 106). O objetivo político era claro: inviabilizar a sucessão presidencial via Colégio Eleitoral.

O partido protagonista das *Diretas Já* foi o PMDB, embora o movimento tenha reunido as mais diversas forças políticas da sociedade, como a CNBB, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, entre outras.²⁴ A grande novidade das *Diretas Já* era o fato de que o cenário político de luta tendia, pelo menos em parte, a se deslocar das instituições para as ruas. Era a prova inequívoca do descontentamento com o regime militar e da perspectiva de mudanças, dessa vez, de baixo para cima. Os desarranjos e efeitos colaterais suscitados por uma engenharia institucional que visava a continuidade dos militares no poder, unidos ao fim do ciclo do milagre econômico, levaram o regime a um patamar insustentável.

Em 25 de abril de 1984, a proposta de emenda constitucional que instituía as eleições diretas foi colocada em votação na Câmara dos Deputados. Recebeu 298 votos a favor e 65 contra; assim, faltaram apenas 22 votos para que o projeto pudesse alcançar o quórum necessário de dois terços. Tivesse sido mantida a regra do Pacote de Abril para a aprovação de emendas, o governo poderia ter visto derrotada a sua posição, pelo menos na Câmara dos Deputados.

²⁴ “Os comícios transformam-se em grandes festas cívicas. Compareciam os líderes dos partidos de oposição, os presidentes de associações influentes como a ABI e a OAB, e, sobretudo, os mais populares jogadores de futebol, cantores e artistas de televisão. Músicas populares de protesto eram cantadas com acompanhamento da multidão, tudo sempre em perfeita ordem. As cores nacionais, o verde e o amarelo, tingiam roupas, faixas, bandeiras. A bandeira nacional foi recuperada como símbolo cívico. (...) Mais que tudo, o hino nacional foi revalorizado e reconquistado pelo povo” (CARVALHO, 2007, p. 189).

Não aprovada a emenda proposta por Dante de Oliveira, o PMDB decide competir à sucessão presidencial com Tancredo Neves, apoiado por grupos de dissidentes do PDS que estavam descontentes com a indicação do deputado Paulo Maluf para concorrer à presidência pelo partido (KINZO, 1988, p. 215). Esses dissidentes formaram o Partido da Frente Liberal (PFL) e fecharam chapa com o PMDB, indicando para o cargo de vice-presidente José Sarney, que fora presidente do PDS. Convém lembrar que Sarney filiou-se ao PMDB para concorrer na chapa como vice, uma vez que a legislação da época exigia que os candidatos a presidente e vice fossem do mesmo partido (REIS, 2014, p. 108).

A decisão do PMDB de competir pela presidência via Colégio Eleitoral configurou um aborto a qualquer mudança que pudesse ser impulsionada diretamente pelo movimento popular. Mais uma vez, a tradição de conciliação conservadora fazia-se presente no cenário brasileiro. Com efeito, o próprio PMDB ia ganhando a feição que o faria ser posteriormente um partido de caráter mais conservador.

Com 480 votos no Colégio Eleitoral, Tancredo Neves foi eleito presidente em 15 de janeiro de 1985; entretanto, não chegou a ocupar a cadeira para a qual fora eleito, já que, pouco antes de sua posse, em 14 de março, adoece gravemente, falecendo em 21 de abril. Assim, é José Sarney que assumirá efetivamente a presidência da República. Os membros do PMDB, após aguardar anos pela possibilidade de ocupar o maior cargo público do País, tiveram que se contentar em ver um ex-líder do partido que deu sustentação ao regime militar, recém-filiado às suas fileiras, assumir tal posição.²⁵

A extinção do Colégio Eleitoral, tão esperada pelo movimento das *Diretas Já*, só ocorrerá a partir da Emenda Constitucional n. 25, de 15 de maio de 1985, que alterou o art. 74 da Carta de 1967, prevendo que presidente e vice seriam eleitos, simultaneamente, por sufrágio universal e voto direto e secreto em todo o País.

Conclusão

Diante dos fatos apontados, verifica-se que o regime militar tinha concentrado em suas mãos toda a capacidade de modificação das regras institucionais determinantes do jogo político. Assim, sempre buscando a

²⁵ “Assim, por ironia do destino, atestando o caráter ‘transicional’ do processo, foi um líder da ditadura, embora já dela dissidente, quem terminou presidindo a última fase da transição democrática. Sarney não era da oposição, mas se adaptou ao partido de adoção e à nova situação. A rigor, passara a vida em adaptações sucessivas” (REIS, 2014, p. 108).

manutenção de seu domínio, implementou em diversos momentos alterações no sistema político.²⁶ Todavia, nem sempre as alterações implementadas alcançaram o resultado almejado. O exemplo mais claro foi a criação do sistema bipartidário a partir de 1965-1966, no qual se buscava uma fórmula capaz de equacionar o problema de legitimidade do regime.

A institucionalização de um sistema bipartidário pelo governo ditatorial tinha como prioridade jogar no esquecimento o velho sistema pluripartidário existente desde 1946 e, com ele, todas as siglas de populares e reformistas que assustavam as elites. O segundo objetivo era criar uma sistemática que possibilitasse a existência de uma oposição fraca, mas que desse uma fachada de legitimidade ao regime. O MDB teria, assim, a ingrata função de atuar nesse “*simulacro de bipartidarismo*” (WEFFORT, 1984, p. 65). Contudo, o que se verifica é o fato de que a legitimidade do regime foi colocada em causa a partir do próprio MDB. Como um canal formal de oposição, o partido foi capaz de se desvencilhar, pelo menos em parte, das amarras do regime em certos momentos, de modo que passou a ameaçar a posição da supremacia militar.

Na medida em que o regime possibilitava, mesmo que de maneira limitada, o jogo democrático, isto é, o exercício do voto e a existência de um partido de oposição, em termos práticos e reais, evidentemente, tal situação poderia sair do previsível, e foi exatamente o que ocorreu nas eleições de 1974. O resultado apontou não só para um descontentamento do eleitorado, já perceptível pelos números de votos nulos e brancos registrados nas eleições anteriores, mas também para uma tendência de opção pelo partido de oposição. O MDB surge, assim, como um partido que efetivamente representa a insatisfação popular em relação ao regime e, mais do que isso, aparece na forma de uma oposição unitária.

Considerado o ambiente de ditadura militar, o dilema interno do MDB foi sempre o de como se comportar diante de sua missão de oposição. “*Daí a ambiguidade do partido, dividido entre adotar posturas de confronto ou de colaboração, dilacerado entre a vontade de cumprir seu compromisso democrático e o medo da repressão*” (MOTTA, 2008, p. 96). Segundo Keck (1991, p. 37), esse elemento de dúvida e hesitação do partido da oposição dará à transição política brasileira uma característica peculiar em face de outras conjunturas similares. Assim, o processo de transição não foi específico

²⁶ Segundo Keck (1991, p. 37-38), “*Os militares tentaram manter o controle sobre essas instituições através de uma variedade de leis e de atos institucionais e de mudanças nas regras eleitorais que favoreceram o partido que apoiava os militares – a ARENA, mais tarde o PDS*”.

somente por sua longa duração (1973-1989), mas também pela “cautela de que deram provas as forças dominantes de oposição ao regime autoritário”.

Diante de uma circunstância de deterioração do apoio social e da força eleitoral, o regime opta por intervir diversas vezes nas instituições jurídico-políticas, visando neutralizar o MDB e manter o máximo de tempo o *status quo* da ditadura e o predomínio do partido que lhe dá sustentação no parlamento. Quatro movimentos são decisivos quanto a isso: o Pacote de Abril de 1977; o fim do sistema bipartidário em 1979; o Pacote de Novembro de 1981; e as modificações constitucionais de maio de 1982. Com efeito, o processo de abertura foi estendido tanto quanto possível, de modo que até o último segundo o governo segurou de maneira artificial a sua maioria no Poder Legislativo Federal e nos Estados, já que essas maiorias eram completamente desproporcionais à sua real força político-social.

O MDB, por sua vez, conseguiu se afirmar com a imagem de oposição; por isso, quando o sistema bipartidário foi extinto pelo regime, o partido insistiu em manter a sua nomenclatura e colocou apenas a palavra “partido” antes da designação já existente. O significado disso foi claro: o MDB havia ganhado legitimidade popular, e a sigla representava um capital político importante. O pluripartidarismo, entretanto, fará com que o PMDB adquira outras feições no período posterior a 1988, perdendo boa parte de seu caráter mais progressista obtido ao longo do período ditatorial.

Referências

- BENEVIDES, Maria Victória. Ai que saudade do MDB! **Lua Nova**, São Paulo, n. 1, v. 3, jun. 1986. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451986000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 de maio de 2014.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- _____. **A cidadania no Brasil: o longo caminho**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FERNANDES, Florestan. **Brasil em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. [1º edição de 1968).

- IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- KECK, Margaret K. **PT – a lógica da diferença**. O partido dos trabalhadores na construção da democracia. Trad. Maria Lucia Montes. São Paulo: Ática, 1991.
- KINZO, Maria D'alva G. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. Trad. Heloisa Perrone Attuy. São Paulo: Vértice, 1988.
- MAINWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias – o caso do Brasil**. Trad. Vera Pereira. Porto Alegre: Mercado Aberto; São Paulo: FGV, 2001.
- MOORE JR., Barrington. **Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World**. Harmondsworth, Penguin, 1966
- LAHUERTA, M. **Intelectuais e transição: entre a política e a profissão** (Tese de doutorado em Ciência Política), USP, SP, 1999
- LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90**. São Paulo: Loyola, 1989.
- LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. **Partidos políticos e consolidação democrática – o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- REIS, Fábio Wanderley. Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros. **Novos Estudos – CEBRAP**, n. 87, p. 61-75, jul. 2010.
- REIS, Daniel Aarão. A vida política: entre ditadura e democracia – da modernização conservadora ao reformismo moderado, 1960-2010. In: REIS, Daniel Aarão (Coord.). **Modernização, ditadura e democracia – 1964-2010**. São Paulo: Objetiva, 2014.
- REIS, Fábio Wanderley. **Tempo presente: do MDB a FHC**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 18. ed. Trad. Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2011.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Problemas de política objetiva**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.
- VIANNA, L. W. **Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira**. Dados, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. , 1996 .
- WEFFORT, Francisco C. **Por que democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- WEFFORT, Francisco C. **O Populismo na Política Brasileira**, Paz e Terra, São Paulo, 1978.

Brazilian bipartisanship and MDB trajectory

ABSTRACT

The intention of this article is to retake the Brazilian Democratic Movement (MDB) trajectory through the 1964' military coup context. We reach to identify some central aspects experienced by the party: from its creation as a bipartisan party by the militarism imposition; the difficulties during the initial period as an opposition movement; the turning represented by the 1974' winning elections; and at last by the regime reactions. Furthermore, we relate this phenomenon with the Brazilian anti-democratic and anti-partisanship political culture. The 1964' bipartisanship would be not just the national political authoritarianism representation, but also the demonstration that this authoritarianism has been disguised by signals apparently democratic. Despite the fact that during the 1964' dictatorship this disguise became obvious, it is important to think about the follow question: Is there a democratic political culture emerging in Brazil or we keep maintaining the democracy as a simple institutional political engineering apparatus, used in an instrumental way for electing the "suppose people representatives"?

Keywords: Brazilian Democratic Movement – MDB; Bipartisanship; Military Coup; Democratic Transition.